

CASA da VISÃO

CNPJ 64.722.903/0001-69

Registro CMAS 134

Registro CMDC A 113

Reconhecida como Utilidade pública pela Lei Municipal 3.727

Fundada em 6 de dezembro de 1968 – Sede Própria

CASA DA VISÃO
AV CONSELHEIRO NÉBIAS, 267 – Santos/SP
CNPJ: 64.722.903/0001-69

Srs. Associados, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras da "CASA DA VISÃO", relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparativas com 31 de dezembro de 2021, devidamente aprovado pela Diretoria em 24/03/2023. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

BALANÇO PATRIMONIAL
Levantado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em Real

ATIVO				PASSIVO			
	NOTA	2022	2021		NOTA	2022	2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa –recursos s/Restrição	4	1.834,91	1.138,87	Fornecedores	7	6.444,17	4.883,38
Caixa e equivalentes de caixa–recursos c/Restrição	4	2.281,93	2.179,60	Salários e remunerações a pagar	7	4.842,90	4.333,87
Título de Valores Imobiliários		960.072,23	723.709,58	Obrigações Fiscais/ sociais/Tributárias	8	4.340,46	5.525,77
Adiantamentos diversos		5.218,00	3.658,34	Outras contas		1.884,31	1.884,31
Estoque de Óculos p/doação		4.318,09	8.584,41	Provisões Sociais e Trabalhistas		15.610,60	7.918,16
Imposto a Recuperar		3.290,34	3.278,06	Convênios, Subvenções/Termos de Fomento	11	15.000,00	15.000,00
Outros Créditos	5	2.234,95	2.234,95	Rec.Antecipada -Doações Vinculadas Públicas	9	5.000,00	5.000,00
Seguros e Outros a apropriar	5	1.646,29	2.253,13				
Total do Ativo Circulante		980.896,74	747.036,94	Total do Passivo Circulante		53.122,44	44.545,38
NÃO-CIRCULANTE				NÃO-CIRCULANTE			
INVESTIMENTOS				OUTRAS OBRIGAÇÕES			
Imóveis não destinados a uso	6	1.214.694,36	1.214.694,36	Receitas Antecipadas – Doações Vinculadas	9	154.178,40	173.858,10
IMOBILIZADO				Total do Passivo Não-Circulante		154.178,40	173.858,10
Bens Imóveis de uso próprio	6	900.000,00	900.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Projeto de Reforma e Ampliação no Imóvel de uso próprio	6	666.131,71	661.131,71	Patrimônio Social	10	3.645.341,59	3.448.305,28
Bens em Uso Técnico S/Restrição	6	157.263,40	147.017,56	Superávit / Déficit do Exercício		231.788,89	197.036,34
Bens em Uso Técnico C/Restrição	6	208.820,40	208.820,40				
(-) Depreciação Acumulada	6	(43.375,29)	(19.955,87)	Total do Patrimônio Líquido		3.877.120,48	3.645.341,59
Total do Ativo Não-Circulante		3.103.534,58	3.116.708,16				
TOTAL DO ATIVO		4.084.431,32	3.863.745,10	TOTAL DO PASSIVO		4.084.431,32	3.863.745,10

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

MARCOS ALSELMO FERREIRA FRANCO
Presidente

LUÍS CARLOS TENÓRIO MARCONDES
1º Tesoureiro

SUELI BUENO FAVERO DOS SANTOS
Contadora – CRC 1SP190280/O-1



CASA da VISÃO

CNPJ 64.722.903/0001-69

Registro CMAS 134

Registro CMDCA 113

Reconhecida como Utilidade pública pela Lei Municipal 3.727

Fundada em 6 de dezembro de 1968 – Sede Própria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Dos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021

Valores expressos em Real

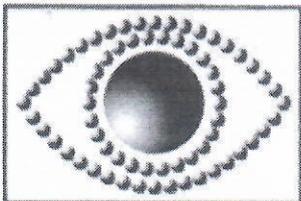
	NOTA	2022	2021
1 – Receitas operacionais			
Receitas com atividades Estatutárias	12		
Receita auxílios, subvenções e convênios públicos c/restrição Atividade- Assistencial Social		19.782,06	5.456,94
Receitas com atividades institucionais e outras - Atividades sustentáveis		540.996,34	496.281,63
Doações - Atividades Assistencial Social		17.369,01	12.250,46
Receitas financeiras - Atividades sustentáveis		56.070,28	10.565,62
Receitas com atividades institucionais - Atividade Assistencial Social			13.200,00
Receitas com Evento Assistencial		38.606,51	
Total das Receitas Líquidas		672.824,40	537.754,65
2 – Despesas operacionais			
Despesas com atividades estatutárias - Assistenciais e sustentáveis	13		
Despesas com pessoal		(160.973,77)	(130.134,10)
Despesas administrativas e gerais		(204.089,06)	(147.279,65)
Depreciação		(23.419,42)	(8.264,82)
Despesas financeiras		(1.486,70)	(2.673,35)
Despesas Tributárias		(6.874,91)	(7.705,38)
Despesas c/apoio e ações assistenciais		(44.191,45)	(44.661,01)
		(441.035,31)	(340.718,31)
Total das despesas	13	(441.035,31)	(340.718,31)
Superávit apurado do exercício (1+2)		231.788,89	197.036,34

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
Dos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021

Valores Expressos em Real

	2022	2021
1 – ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit dos exercícios	231.788,89	197.036,34
Ajustes por depreciação	23.419,42	8.264,82
Superávit do exercício ajustado	255.208,31	205.301,16
ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS) DO AC + ANC		
Adiantamentos	(1.559,66)	(1.971,00)
Impostos a recuperar	(12,28)	0,00
Estoque de Óculos para doação	4.266,32	227,52
Despesas a apropriar	606,84	(2.145,33)
Total dos Acréscimos (Decréscimos) do AC + ANC	3.301,22	(3.888,81)
ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS) DO PC + PNC		
Fornecedores	1.560,78	(11.155,53)
Obrigações Trabalhistas	509,09	(527,83)
Provisões Sociais e Trabalhistas	7.692,44	494,92
Contas a pagar	0,00	0,00
Obrigações Fiscais e Sociais/Tributárias.	(1.185,25)	(7477,22)
Receita Antecipada	(19.379,73)	129.543,06
Convênios c/Parcerias Públicas e ou privadas		(135.000,00)
Total dos Acréscimos (Decréscimos) do PC + PNC	(11.205,00)	(24.122,60)
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	247.406,86	177.289,75



CASA da VISÃO

CNPJ 64.722.903/0001-69

Registro CMAS 134

Registro CMDCA 113

Reconhecida como Utilidade pública pela Lei Municipal 3.727

Fundada em 6 de dezembro de 1968 – Sede Própria

2 – ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens investimentos	(10.245,84)	(16.256,70)
Aquisição de bens de uso s/ restrições		(5.003,49)
Aquisição de bens c/ restrições		(147.820,40)
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(10.245,84)	(169.080,59)
3 – ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	237.161,02	8.209,16
Disponibilidades do início do período	727.028,05	718.818,89
Disponibilidades no final do período	964.189,07	727.028,05
Disponibilidades no total do período	237.161,02	8.209,16

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Dos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021

Valores expressos em Real

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	Superávit/Déficit	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.231.526,79	216.778,46	3.448.305,25
Transferência p/Patrimônio Social	216.778,46	(216.778,46)	0,00
Superávit em 2021	0,00	197.036,34	197.036,34
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.448.305,25	197.036,34	3.645.341,59
Transferência p/Patrimônio Social	197.036,34	(197.036,34)	0,00
Superávit do exercício 2022	0,00	231.788,89	231.788,89
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.645.341,59	231.788,89	3.877.130,48

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

MARCOS ALSIELMO FERREIRA FRANCO
Presidente

LUÍS CARLOS TENÓRIO MARCONDES
1º Tesoureiro

SUELI BUENO FAVERO DOS SANTOS
Contadora – CRC 1SP190280/O-1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
LEVANTADAS EM 31.12.2022 E 31.12.2021
(Valores expressos em reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A entidade é uma "ASSOCIAÇÃO" sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de Assistência Social, conforme o artigo 2º do Estatuto Social, com reconhecimento pela Secretaria Municipal de Saúde Santos CNES nº 9814957.

As principais fontes de recursos para a manutenção e o desenvolvimento de suas atividades são provenientes de doações, campanhas, subvenções, contribuições de associados, receitas patrimoniais e financeiras.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conforme ITG 2002 (R1) NBC TG 26 (R5), e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Emanada pelo Conselho Federal de Contabilidade de forma a assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades.

b) Aprovação das informações e Demonstrações Contábeis

A aprovação das informações e demonstrações contábeis, foram aprovadas e autorizadas em reunião da Diretoria realizada em 24/03/2023.

c) Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

d) Moeda Funcional e moeda de apresentação



CNPJ 64.722.903/0001-69

Registro CMAS 134

Registro CMDCA 113

Reconhecida como Utilidade pública pela Lei Municipal 3.727

Fundada em 6 de dezembro de 1968 – Sede Própria

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, sendo esta a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras foram apresentadas em real sem arredondamento.

e) Estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do Ativo imobilizado, mensuração de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios de empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos a cada semestre.

NOTA 03. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1)".

Essas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

a) Caixa e equivalentes de caixa: incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor;

b) Títulos e valores mobiliários: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do encerramento do balanço;

c) Contas a receber de clientes e Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa - As contas a receber de clientes, são registradas pelo valor faturado. Correspondem aos valores a receber de clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa não foi constituída pelo indicio de haver valores em aberto no decorrer do ano exercício. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante;

d) Despesas antecipadas - Referem-se a pagamentos de despesas do seguro, vale transporte, cuja competência pertence ao exercício seguinte;

e) Imobilizado - Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação apurada em função da vida útil e utilização dos bens. Eventuais gastos com bens de pequeno valor são reconhecidos no resultado em conformidade Decreto 9.580.

g) Subvenções/Convênios governamentais:

(a) Termos de Fomento/Convênios para custeio: Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Convênios para custeio", e apropriadas como receita quando da efetiva prestação dos serviços, e

(b) Termos de Fomento/Convênios para investimento: Referem-se a convênios para a aquisição ou construção de bens que serão de propriedade da CASA DA VISÃO. Referidas subvenções/convênios para investimento são reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Receitas Antecipadas- Doações Vinculadas, apropriadas como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos ou construídos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CNBC TG 07(R2)" Subvenção e Assistência Governamentais". Adicionalmente, o bem adquirido ou construído é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

h) Provisão de Férias/13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço;

i) Patrimônio Social: Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros acrescidos ou diminuídos do superávit ou déficit apurado em cada exercício;

j) Apuração do Resultado: Estão apropriados em conformidade com o regime de competência consequentemente, os resultados foram apurados pelo mesmo princípio.

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência. As receitas de serviços são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável.

As doações e contribuições são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

A CASA DA VISÃO obedece rigorosamente a legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores; em conformidade com ITG 2002 (R1).

k) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do encerramento do balanço patrimonial.

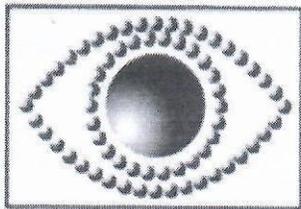
NOTA 04. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – Demonstrações de Fluxo de Caixa (DFC)

Recursos sem restrição	2022	2021
Caixa Geral		
Total (1)	1.834,91	1.138,87
	1.834,91	1.138,87

Recursos com restrição (I)	2022	2021
Bancos c/ restrição Emendas Parlamentar Termos 27/2021-Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santos	2.281,93	2.179,60
Total - (2)	2.281,93	2.179,60

(I) Convênios para custeio e Termo de Fomento de Emenda Parlamentar: utilizada para custeio realizada no momento da compra e a compra de material para projetos de Assistência Saúde Oftalmológica.

(II) O saldo na conta no valor R\$ 2.281,93 refere-se a valores de repasse da Emenda Parlamentar que deveria ter sido utilizado até 31 de dezembro de 2021, conforme Plano de Trabalho e Termo/Convênio nº 27/2021 Processo nº 19.882/2021-11 assinado em 10/12/2021 e publicado no D.O. Município de Santos - SMS dia 16/12/2021



CASA da VISÃO

CNPJ 64.722.903/0001-69

Registro CMAS 134

Registro CMDCA 113

Reconhecida como Utilidade pública pela Lei Municipal 3.727

Fundada em 6 de dezembro de 1968 – Sede Própria

Por conta do valor do repasse ter sido apenas em 28/12/2020, ficamos impedidos de executar o Plano de Trabalho em sua totalidade, devido a alteração dos valores dos equipamentos, por esse motivo esse repasse está a disposição da municipalidade para ser devolvido, após análise da SETECON- serviços de prestação de contas.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Aplicações financeira	2022	2021
Aplicações de Curto Prazo s/Restrição sobras Atividade meio p/Aplicação na Atividade Fim	960.072,23	723.648,42
Poupança de curto prazo s/Restrição sobras Atividade meio p/Aplicação na Atividade Fim	0,00	61,16
Total - (3)	960.072,23	723.709,58

Total das Disponibilidade (1+2+3) = (DFC) (II)	964.189,07	727.028,05
---	-------------------	-------------------

(II) Conforme apresentado na DFC- Demonstrações do Fluxo de Caixa

NOTA 05. SEGUROS E OUTRAS A APROPRIAR

Este grupo é composto pelos seguros, assinaturas contratadas e cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representados pelo seu valor nominal, bem como adiantamentos, valores a recuperar e outros valores a receber das atividades sustentáveis.

NOTA 06. ATIVO NÃO-CIRCULANTE (INVESTIMENTO/IMOBILIZADO/INTANGÍVEL)

a) Conforme determinação da Resolução do CFC No. 1.178/09 – Propriedades para Investimentos, este grupo Investimentos e subgrupo Propriedades para Investimento estão compostos por bens não utilizados para uso das suas atividades assistenciais, apenas como fonte renda sustentável, para desenvolvimentos de suas finalidades estatutárias dos Projetos Assistenciais Social desenvolvidos, já que esses são desenvolvidos 100% gratuitos.

b) No exercício de 2021 a Entidade finalizou o projeto e execução de obras de reforma e ampliação da Unidade OFTALMOLOGICA para melhor atender seus assistidos, nas suas atividades fins. Sendo certo que no ano 2022 a obra foi finalizando e aguardar averbação e habites para incorporar a edificação.

c) IMOBILIZADO: os ativos Imobilizados foram contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação do período, originando o valor líquido contábil. Neste exercício, em conformidade com os normativos vigentes, a administração realizou levantamento dos de bens Móveis baixando todos os bens que se encontravam fora de uso ou obsoletos.

a) INVESTIMENTOS

	2022	2021
Imóveis não destinados a uso		
Benfeitorias no Imóvel não destinado a uso	191.508,86	191.508,86
Obras e Benfeitorias no Imóvel não destinado a uso	11.817,52	11.817,52
Adequação e Benfeitorias no Imóveis não destinado a uso	27.585,22	27.585,22
Total (1)	983.782,76	983.782,76
Total (1)	1.214.694,36	1.214.694,36

b) IMOBILIZADO SEM RESTRIÇÃO

Bens em Uso Técnico sem restrição	2022	2021
Bens Imóveis de uso próprio	900.000,00	900.000,00
Obras em andamento – Projeto de Ampliação em imóveis de uso próprio	666.131,71	666.131,71
Computadores e Periféricos	5.451,76	5.451,76
Máquinas e equipamentos oftalmológicos	2.580,00	2.580,00
Móveis e Utensílios	12.764,60	12.764,60
Móveis e Utensílios ano 2020	30.518,74	20.272,90
Máquinas equipamentos	20.348,30	20.348,30
Instalações	85.600,00	85.600,00
Depreciações e Amortizações acumuladas	(17.451,36)	(13.814,00)
Total (2)	1.705.943,75	1.699.335,27

c) IMOBILIZADO COM RESTRIÇÃO

Bens em Uso Técnico com restrição – Emendas Parlamentares Municipais	2022	2021
Máquinas e equipamentos oftalmológicos – Termo 16/2020	61.000,00	61.000,00
Máquinas e equipamentos oftalmológicos – Termo 27/2021	136.000,00	136.000,00
Móveis e Utensílios – Termo 27/2021	11.820,40	11.820,40
Depreciações e amortizações acumuladas	(25.923,93)	(6.141,87)
Total (3)	182.896,47	202.678,53
Total (1+2+3)	3.103.534,58	3.116.708,16



CNPJ 64.722.903/0001-69

Registro CMAS 134

Registro CMDCA 113

Reconhecida como Utilidade pública pela Lei Municipal 3.727

Fundada em 6 de dezembro de 1968 – Sede Própria

NOTA 07. PASSIVO CIRCULANTE - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Composto pelo valor nominal e acrescido quando aplicável dos correspondentes encargos e eventuais variações monetárias incorridas até a data do balanço. Estão representadas por fornecedores, obrigações diversas, obrigações sociais, fiscais e tributárias a recolher de empregados, respectivas provisões trabalhistas e por empréstimo bancário consignado a empregados.

NOTA 08. PASSIVO CIRCULANTE - OBRIGAÇÕES FISCAIS, SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	2022	2021
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	2.409,31	4.182,90
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) recolher	843,39	721,66
IRRF S/salário	571,81	176,48
IRRF S/ serviços tomados	68,19	68,18
ISS S/serviços tomados	293,03	270,26
Pis s/folha	105,43	61,73
ICSRF-retenções sociais PJ-PJ	49,30	44,50
Total	4.340,46	5.525,71

NOTA 09. PASSIVO CIRCULANTE e Não Circulante - RECEITAS ANTECIPADAS

Valores correspondentes a Receitas Antecipadas - Diferidas que engloba contratos de Convênios de Subvenção Firmados a serem cumpridos no exercício seguinte efetivamente e nos seguintes.

	2022	2021
Doações vinculadas (circulante e não -circulante)	174.178,40	193.858,13
Total	174.178,40	193.858,13

NOTA 10. Patrimônio Social (Patrimônio Líquido)

Superávit (déficit) acumulado

Conforme estatuto social, a CASA DA VISÃO deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação do seu superávit. Dessa forma, o superávit (déficit) do exercício é integralmente incorporado (ou absorvido) pelo patrimônio social.

NOTA 11. SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS PÚBLICOS (RESOLUÇÃO CFC NO. 1.305/10 - NBC TG 07 e ITG 2002(R1))

São recursos financeiros provenientes de Emenda Parlamentar firmado com Prefeitura Municipal Santos, através da Secretaria Municipal de Saúde no ano 2021 e 2022: No ano 2021 – Termo de Fomento nº 27/2021.

Ambos os anos e todos os Termos com objetivo principal de operacionalizar o "Projeto MAIS VISÃO" com as atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes da Prefeitura, ficando também toda a documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os Termos de Fomentos, firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Exercício	Concedente	Vir. Recebido	Vir. Realizado c/rendimentos Aplicação Financeira c/restrrição	Vir.Não Realizado c/rendimentos Aplicação Financeira c/restrrição a ser devolvido p/poder público
2021	Prefeitura Municipal de Santos ref. 2020 através – SMS – Termo nº 27/2021	150.000,00	147.820,40	2.281,93
Total	Ano 2021 e 2022	150.000,00	147.820,40	2.281,93

NOTA 12. RECEITAS LÍQUIDAS

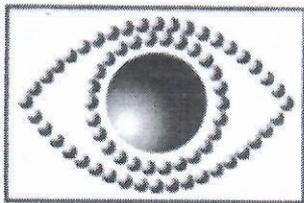
As receitas (fontes de renda) para manutenção e desenvolvimento das finalidades da CASA DA VISÃO, conforme art. 55º do Estatuto Social, são mensuradas pelo valor da contraprestação recebida.

Sendo certo que essas rendas são atividades meio sustentáveis, já que todas as atividades assistenciais desenvolvidas são 100% gratuitas.

Em atendimento a Resolução do CFC Nº 1.412/2012 que aprovou a NBC TG 30, as receitas da Associação oriundas das atividades meio e outras receitas, conforme o Estatuto Social seguem o critério de somente serem reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade. Segue abaixo o montante de cada atividade/categoria de receita reconhecida durante o período:

As atividades meio sustentáveis possuem previsão no Estatuto Social, e para que o CASA DA VISÃO faça jus a Imunidade e/ou Isenção Tributária sobre essas atividades, conforme estabelecido no artigo 14 do Código Tributário Nacional, artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e artigo 29 da Lei nº 12.101/09, a mesma cumpre os requisitos abaixo:

- As atividades meio sustentáveis possuem previsão estatutária;



CASA da VISÃO

CNPJ 64.722.903/0001-69

Registro CMAS 134

Registro CMDCA 113

Reconhecida como Utilidade pública pela Lei Municipal 3.727

Fundada em 6 de dezembro de 1968 – Sede Própria

- O Estatuto Social indica que os recursos obtidos por essas receitas são revertidos para atendimento de suas atividades fins;
- O Demonstrativo de Resultado do Período da Associação demonstrou que as atividades meio sustentáveis são superavitárias, ou seja, geram recursos para a manutenção das atividades fins.

Segue abaixo o montante de cada categoria significativa (relevante) de receita reconhecida durante o período:

Receitas com atividades art.55 Estatuto Social – Atividades meio sustentáveis	2022	2021
Donativos em dinheiro/cheque Pessoa Física e Pessoa Jurídica	17.369,01	12.250,46
Eventos Beneficentes, Doação do Loas p/atividade do Assistido	38.606,51	13.200,00
Total (1)	55.975,52	25.450,46
Receitas com atividades art.55 Parágrafo único Estatuto – Atividades meio sustentáveis	2022	2021
Aluguéis e Arrendamentos – Exploração Patrimônio e outros	540.996,34	496.281,63
Rendimentos Aplicação Financeira, Poupança e outros	56.070,28	10.565,62
Total (2)	597.066,62	506.847,25
Receitas com atividades art. 55 Estatuto	2022	2021
Emendas/Verbas Parlamentares, Receita Diferida	19.782,06	5.456,94
Total (3)	19.782,06	5.456,94
Total (1+2+3)	672.824,20	537.754,65

Nota 13. DESPESAS OPERACIONAIS – POR ATIVIDADE

Neste grupo de despesas estão todos os valores diretamente ligados a operação de prestação de serviços estatutário, serviços Mantenedora e das despesas com assistências social oferecido de forma 100% gratuita, conforme art. 2º em seu parágrafo único do Estatuto Social.

NOTA 14. DO RESULTADO APURADO NO PERÍODO

O superávit do exercício de 2021 foi incorporado ao Patrimônio Social e o superávit do exercício de 2022 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e Resolução CFC Nº 1.409/12.

NOTA 15. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009/1.296/10. A Administração adotou o Método Indireto para sua elaboração.

NOTA 16. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender as medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

NOTA 17. GRATUIDADES CONCEDIDAS

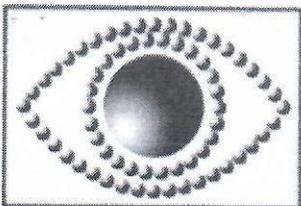
Em conformidade com o artigo 2º do Estatuto Social, os serviços foram prestados com atendimentos 100% gratuitos no ano 2022, conforme dados abaixo descritos:

	2022	2021
2.318 atendimentos gratuitos a um custo unitário de R\$ 190,27 por ano 2022	441.035,31	
1.260 atendimentos gratuitos a um custo unitário de R\$ 270,41 por ano 2021		340.718,31

Descrição dos Recursos:	2022	2021
Custo c/ Pessoal pagos com recursos próprios	160.973,77	130.134,10
Custo com recursos próprios	238.870,09	165.923,20
Custos s/apoio e ações assistenciais	44.191,45	44.661,01
Total	441.035,31	340.718,31

NOTA 18. CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A Casa da Visão é uma Entidade civil sem fins lucrativos e com fins não econômicos, sem finalidade política ou religiosa, de característica Assistencial Social à Saúde, previsto no artigo 9º. do CTN.



CASA da VISÃO

CNPJ 64.722.903/0001-69

Registro CMAS 134

Registro CMDCA 113

Reconhecida como Utilidade pública pela Lei Municipal 3.727

Fundada em 6 de dezembro de 1968 – Sede Própria

NOTA 19. REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A CASA DA VISÃO é uma entidade beneficente de assistência social (não possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária, cumpri os seguintes requisitos:

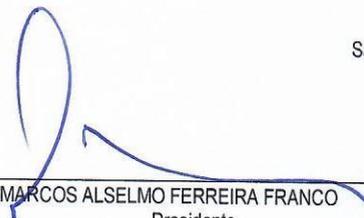
ESTATUTO

- não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos conforme determinado no Estatuto Social);
- aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto e
- tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas.

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- elabora as demonstrações contábeis e financeiras por profissional, legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Santos, 31 de dezembro de 2022


MARCOS ALSELMO FERREIRA FRANCO
Presidente


LUÍS CARLOS TENÓRIO MARCONDES
1º Tesoureiro


SUELI BUENO FAVERO DOS SANTOS
Contadora - CRC 1SP190280/0-1